

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1003979-45.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Exibição - Medida Cautelar
Requerente:	Eduardo de Oliveira
Requerido:	Banco Itaucard S/A

EDUARDO DE OLIVEIRA ajuizou ação contra BANCO ITAUCARD S/A, pedindo seja instada à exibição de documento alusivo ao contrato de financiamento que justificou a inclusão de seu nome em cadastro de devedores, providência pleiteada diretamente, sem atendimento.

Citado, o requerido exibiu o documento e contestou o pedido, afirmando não ter havido prévio pedido idôneo.

Manifestou-se o requerente.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O requerente pediu antes, para o próprio requerido, a entrega do documento. A correspondência de fls. 14 informou inclusive o endereço para onde deveria ser remetido, exatamente o endereço constante do contrato apresentado com a contestação.

O Aviso de Recebimento (fls. 15) contém endereço do remetente, diverso daquele do requerente, mas o contestante poderia ter encaminhado correspondência para lá, se o pedido recebido fosse inadequado ou se o envelope estivesse vazio. É absolutamente inconsistente a tese de que o requerente deveria comprovar o conteúdo do envelope, mais razoável o destinatário demonstrar que o conteúdo era diverso.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Não haveria quebra ao dever de sigilo, se o documento fosse encaminhado para o endereço do próprio mutuário.

O tempo decorrido desde a requisição foi suficiente para o atendimento, praticamente um mês.

E tendo ou não o requerido entregue os documentos ou cópias deles em ocasião anterior, não se isenta da obrigação de fornecer outras cópias e extratos, se forem pedidas.

A circunstância de os documentos estarem semanalmente à disposição dos clientes não desonera a instituição financeira da obrigação de exibí-los a qualquer tempo quando pleiteada (STJ - REsp. nº 330.261-SC - Rel. Min. Nancy Andrighi - J. 6.12.2001).

Nos termos do v. acórdão proferido por ocasião do julgamento do REsp 982.133/RS, Relator o eminente Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe de 22/9/2008, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, a caracterização do interesse de agir, em ações objetivando a exibição de documentos societários, exige a demonstração da prova do requerimento formal na via administrativa e o comprovante do pagamento da taxa de serviço, quando a empresa o exigir (art. 100, § 1º, da Lei 6.404/76).

De acordo com o princípio da causalidade *“aquele que deu causa à propositura da demanda ou à instauração de incidente processual deve responder pelas despesas daí decorrentes. Isto porque, às vezes, o princípio da sucumbência se mostra insatisfatório para a solução de algumas questões sobre responsabilidade pelas despesas do processo.”* (Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Júnior, in Código de Processo Civil Comentado, 3ª ed. RT).

Leciona Cândido Rangel Dinamarco que: *“(...) a sucumbência não é em si mesma um princípio, senão apenas um indicador do verdadeiro princípio, que é a causalidade (Chiovenda, Piero Pajardi, Yussef Cahali). Responde pelo custo do processo aquele que haja dado causa a ele, seja ao propor demanda inadmissível ou sem ter razão, seja obrigando quem tem razão a vir a juízo obter aquilo a que já tinha direito.”* (DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil - vol II. 3ª edição).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Neste sentido:

AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. Necessidade de ingressar em juízo para ver satisfeita a pretensão exhibitória. Resistência do Banco caracterizada. Incidência do princípio da causalidade. Condenação da parte que deu causa à demanda no pagamento dos ônus sucumbenciais de forma integral. Valor dos honorários fixados em R\$1.000,00, com base na equidade, dada a simplicidade da demanda. Recurso provido (TJSP, Apelação nº 0010042-16.2013.8.26.0047, Relator: Flávio Cunha da Silva, j.13/05/2015).

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - Determinação de apresentação ao banco - Instituição financeira possui obrigação de guardá-los, deve apresentá-los, afastado o pagamento de taxas - Interesse demonstrado - Documentos apresentados pelo banco - Decisão mantida. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS** - Exibição de documentos - Contrato de empréstimo bancário - Procedência parcial - Possibilidade de condenação do banco nos ônus da sucumbência - Princípio da Causalidade - Arbitramento em valor moderado - Inteligência do art. 20, § 4º, do CPC - Recurso do autor parcialmente provido (TJSP, Apelação nº 1006582-95.2014.8.26.0361, Relator: Sebastião Junqueira, j. 11/05/2015).

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno o requerido a exhibir o documento pedido, ao mesmo tempo em que, já exibido, julgo extinto o processo.

Condeno-o ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

P.R.I.C.

São Carlos, 15 de abril de 2016.

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**